

No Congresso, o novo pacote sindical

Sindicatos e Sindiculismo

ESP, 23/6/87

P 32



Joseci C. de Freitas

Pazzianotto: contra o "anacronismo"

da convocação esta exigência passa para 13.

Qualquer votação prevista na legislação proposta ontem ao Congresso Nacional, será sempre secreta, com cédula. Assim deverá acontecer para deliberação de greves e nas as-

sembléias gerais destinadas à eleição ou destituição de membros da diretoria e dos conselhos, exclusão de associados, tomada a aprovação de contas da diretoria, aprovação e alteração do estatuto, desmembramento ou fusão com outro sindicato, pronunciamento sobre relações ou dissídios coletivos de trabalho. Nesses casos, o quórum exigido será de metade mais um dos associados, em primeira convocação e de 13 na segunda.

A filiação sindical não é obrigatória, mas nenhum trabalhador ou empregador será impedido de filiar ao seu sindicato, diz o projeto de lei, que proíbe a administração pública de intervir, suspender ou dissolver essas entidades, assim como suspender, afastar destituir ou cassar seus dirigentes. Eles respondem contudo, por suas responsabilidades civis, cabendo ao Ministério Público representar contra as entidades sindicais e seus dirigentes, quando a medida for considerada necessária para o restabelecimento da estabilidade política, social ou econômica ameaçada por excessos no exercício de atividades sindicais. Na sua exposição de motivos, o ministro do Trabalho Almir Pazzianotto declarou que o projeto elimina os resquícios da "Carta del Lavoro". "esse anacronismo histórico".

Aos empregados está proibido

fornecer meios econômicos ou recursos humanos para sindicatos dos trabalhadores. A receita dessas entidades, de acordo com o projeto de lei, resultará apenas de mensalidades dos associados, de cotas fixadas em normas coletivas devidas por associados e de rendas provenientes de suas atividades ou da aplicação do seu patrimônio. A nova lei proposta pelo Executivo deve começar a vigorar 60 dias depois de sua publicação no Diário Oficial, sancionada pelo presidente da República. Um ano depois desse prazo, começa a extinção da contribuição sindical recolhida hoje dos trabalhadores, que será reduzida em 20%, por ano, até acabar totalmente.

A greve continua proibida nos serviços públicos e nas atividades essenciais, tais como: água e esgoto; carga e descarga portuária, energia elétrica; assistência médica e hospitalar, transporte; compensação bancária; telecomunicações; serviço postal; produção, distribuição e comercialização de remédios e combustível. Lei especial disporá sobre os direitos de associação dos servidores públicos.

A íntegra do projeto está na página 39

Metalúrgicos: segundo turno marcado por batalha judicial

Além do fraco movimento na rua do Carmo, uma nova batalha judicial marcou o primeiro dia do segundo escrutínio das eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Na última sexta-feira, Carlúcio Castanha, que encabeçou a chapa 3 da CUT, entrou com pedido junto à Justiça Federal para que fosse retirada toda a chapa do pleito e o conseqüente corte de sua composição nas cédulas eleitorais. No entanto, o juiz Paulo Theotônio Costa indeferiu o pedido, aceitando a tese do candidato da chapa 1, Luís Antonio Medeiros, de que todos os escrutínios compõem uma mesma eleição, não podendo ser retirada qualquer candidatura depois de iniciado o pleito.

Diante da recusa do juiz, a chapa 3 entrou com novo pedido, para que 13 de seus integrantes tivessem seus nomes cortados, já que assinaram um documento de retirada de candidatura. O juiz federal expediu mandado para que fosse afixada junto às urnas uma lista com nomes dos renunciantes. Medeiros, porém, alega que a assinatura de José Correa Nobre foi falsificada, versão desmentida por outro componente da chapa, Francisco de Souza, que apresentou

o reconhecimento de firma feito no Cartório da Aclimação. Para dar continuidade à essa batalha, Souza informou que a Chapa 'confundir os eleitores da oposição, agora unida numa só candidatura'. Mas, no seu comitê, assessores da chapa 3 pedem aos metalúrgicos que votem em branco ou anulem o voto. Cibele (não quis fornecer seu nome completo) explica: "Essa não é a orientação oficial da chapa, mas a nossa filosofia política. A chapa 2 não é a chapa da CUT".

TÊXTEIS

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil — entidade que representa 85 mil operários, na maioria mulheres — está sendo acusada de promover uma manobra eleitoral para evitar a inscrição de chapas de oposição. A denúncia foi feita por um grupo de filiados e diretores dissidentes da gestão atual, que pretendia inscrever uma chapa para concorrer às eleições dos dias 3, 4 e 5 de agosto próximo. Mas o prazo de inscrição de chapas terminou na última sexta-feira, sem que houvesse nenhuma divulgação. Apenas uma chapa, encabeçada pelo atual vice-presidente, João de Oliveira Neto, se inscreveu.

Para constituintes, momento não é oportuno

AGÊNCIA ESTADO

Vários constituintes consideraram ontem, em Brasília um "contrassenso" e um "trabalho inócuo" do governo enviar neste momento ao Congresso Nacional anteprojeto propondo alterações na organização sindical e relações coletivas de trabalho. Eles argumentam que esta é uma das questões mais importantes da área social a ser aprovada no plenário da Constituinte. O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) acredita que o projeto nem será apresentado para votação em plenário, e, se isto acontecer, prevê sua derrota. Anunciou que o PT está fazendo aliança com os outros partidos para garantir aprovação da proposta acatada

no relatório da Comissão da Ordem Social, dando aos trabalhadores pleno direito a greve e manutenção dos serviços que julgarem essenciais.

O deputado Raymundo Bezerra (PMDB-CE), um dos integrantes da Comissão de Sistematização da Constituinte, classificou de "extemporâneo" o encaminhamento agora deste anteprojeto ao Congresso. "Nossa obrigação é analisar seu conteúdo e rejeitá-lo se houver retrocesso em relação à proposta já aprovada na Comissão da Ordem Social", disse.

SEM URGÊNCIA

O projeto do governo extinguiu o imposto sindical e mudando a legislação sobre greve, principalmente eliminando o voto de aclama-

ção, dificilmente será aprovado antes do início do recesso da Câmara e do Senado, dia 1º de julho. O projeto do Executivo encaminhado ontem ao Congresso terá tramitação normal, sem prazo, com exame separado da Câmara e do Senado.

IMPOSTO SINDICAL

No Rio, o projeto de lei sindical do governo foi recebido com repúdio e reservas pelas lideranças de importantes sindicatos, como o dos metalúrgicos, ferroviários da Central do Brasil e bancários, e das centrais sindicais CUT e CGT. O presidente da CGT-seção Rio, Valdir Vicente, classificou o projeto como "de gabinete" e que "descartou a opinião dos trabalhadores". O sindicato dos bancários, que tem 70 mil

filiados no Rio, acha que é "puro casuismo" a inclusão das câmaras de compensação de cheques nos chamados serviços essenciais.

A CUT é contrária a qualquer tipo de regulamentação de greve por parte do governo. Segundo o dirigente regional Ciro Garcia, a lei deve prever o direito à greve e mais nada: "Quem determina o fim ou o começo de uma greve é a classe trabalhadora". A CUT, ao contrário da CGT, é favorável à extinção do imposto sindical imediatamente: "Os trabalhadores devem contribuir espontaneamente", disse Garcia. O sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, o maior do País, considera o projeto de lei absurdo: "Deveria ser chamada de lei antigreve".